

Funaro propõe a renegociação política da dívida

— Somos contra a assinatura desta nova cartada intenções do Brasil com o FMI — segundo informação publicada na edição de ontem pelo Jornal da Tarde, e ao que sei até agora não desmentida pelas autoridades governamentais —, porque ela está exigindo do País mais dois anos de recessão e desemprego, com o que não podemos de forma nenhuma concordar.

A declaração é do empresário Dilson Funaro, diretor superintendente da Trol, que participou ontem da III Noite de Debates promovida pelo Movimento de Renovação dos Economistas de São Paulo (Oposição à atual diretoria do Sindicato, Conselho e Ordem da categoria), na qual estiveram presentes ainda o diretor do Dieese, Walter Barelli, e os economistas Luiz Gonzaga Beluzzo e Paul Singer, todos debatendo o tema "Crise Econômica e Crise Social: como dividir os sacrifícios?". A promoção faz parte das comemorações da "Semana do Economista" e foi realizada no auditório da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

Quem paga

Na opinião de Dilson Funaro, "quem paga realmente pela crise econômica em que está mergulhado o Brasil é o desempregado. É ele que paga o preço mais caro pela recessão, principalmente num País como o nosso, onde o desempregado não goza de nenhum instrumento de defesa".

Segundo o empresário, "não é possível que o País continue sendo dirigido por apenas três pessoas, que se auto-encarregam de negociar pela Nação, quando o correto, se desejamos buscar saída para a crise, seria a institucionalização do debate, onde toda a Nação, consciente inclusive de suas responsabilidades para com os outros países, buscaria uma ampla negociação visando à retomada do crescimento interno. A solução para a crise só pode ser conseguida com a retomada do desenvolvimento do País, e, nesse sentido, acho que no meio das duas posições atuais — ou da moratória unilateral, defendida por exemplo pelo brilhante economista Celso Furtado, ou da posição do nosso governo, de reunir os banqueiros internacionais para se aconselhar — há uma terceira posição para se sair da crise, e essa sim, representaria muito mais a preservação da soberania do Brasil".

Esse terceiro caminho, que defendi como o mais adequado — prossegui Funaro —, seria o da ampla renegociação, não restrita a detalhes técnicos ou formas de pagamento aos banqueiros externos, mas a nível político, que abrangesse alguns princípios fundamentais de defesa do próprio mundo livre, que permitisse aos países do Terceiro Mundo encontrar novos caminhos para suas dificuldades, sem o contraponto ou a imposição da recessão e do desemprego, até porque em nenhum momento a recessão foi solução para nenhum país.

Negociação política

O que é essa ampla renegociação política proposta por Dilson Funaro? Ele responde:

— Ela seria voltada a todos os fundamentos históricos da própria criação do estatuto de defesa dos países do Terceiro Mundo. Nesse sentido, entendo que falta ao nosso País, ou melhor, tem faltado nesse governo uma visão histórica para a condução de toda essa renegociação, a nível político, que a meu ver já deveria ter sido iniciada há dois anos, em bases muito além do que aquelas atualmente limitadas a detalhes de ordem técnica, que visam muito mais a atender as exigências dos banqueiros do que corresponder aos ideais de desenvolvimento econômico de toda comunidade nacional.

Na opinião do diretor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos — Dieese, Walter Barelli, "o último pacote de medidas econômicas encenado numa reunião do Conselho de Segurança Nacional provocou duas reações que, analisadas hoje, menos de um



O empresário Dilson Funaro e o economista Walter Barelli concordam: quem paga pela crise é o trabalhador.

mês depois daquela reunião, deixa claro que só a população assalariada é que está mesmo pagando pela crise". Barelli explicou:

— Fundamentalmente, aquele pacote definia o tabelamento dos juros e cortava os salários. Hoje, se de um lado os salários continuam reduzidos, por vontade daquela reunião, os banqueiros simplesmente voltaram a operar com os juros nos níveis anteriores àquela reunião do Conselho de Segurança Nacional,

ou seja, com taxas em torno de 20 e 24% ao ano, mais correção monetária, apoiados em uma decisão do Banco Central, sem que para tanto tivesse havido necessidade de consultar os membros do Conselho de Segurança Nacional. Na verdade, operando com taxas de 20% ao ano em termos reais, os banqueiros nacionais estão operando praticamente com os juros mais elevados de todo o resto do mundo, sendo dificilmente igualados nesse sentido.

Eleições dos economistas

O economista Luciano Coutinho, professor da Universidade Estadual de Campinas e um dos coordenadores do Movimento de Renovação dos Economistas de São Paulo, garantiu, na noite de ontem, que a oposição deverá vencer as eleições do Conselho e da Ordem dos Economistas, marcada para outubro próximo, quando estarão votando cerca de 13 mil eleitores. Ele explicou por que confia na vitória:

— Na eleição passada, há três anos, a máquina estadual e federal foi utilizada abusivamente, até mesmo coletando votos por procura, o que efetivamente não será permitido desta vez, já que o governo Montoro procurará agir nesse sentido, de fiscalização dos critérios de realização da eleição e apuração. Esses abusos foram articulados, de maneira absolutamente consciente, pelo atual presidente da Ordem, o economista Miguel Colasuonno — denunciou Luciano Coutinho.

Coutinho entende que "além da fiscalização dos critérios do encaminhamento da eleição, temos a nosso favor o fato de que cresceu muito o apoio político das comunidades ao Movimento de Renovação dos Economistas de São Paulo". Nesse sentido, ele acredita que "a própria situação de crise econômica mostrou a validade das críticas dos vários economistas integrados ao nosso movimento, críticas essas feitas há dois ou três anos atrás, mas não aceitas pelas autoridades governamentais, que agora se vêem numa situação ainda pior. A comunidade passou a respeitar mais ainda esses economistas que tiveram a lucidez de fazer aquelas críticas, e hoje o nosso movimento recebe o apoio de inúmeros setores empresariais, como está sendo confirmado durante a realização desta nossa Semana do Economista".

Programação

A semana do economista continua hoje com o debate sobre o tema "Como Enfrentar o Estrangulamento Cambial e Evitar o Desastre". No auditório do prédio novo da PUC, a rua Monte Alegre, nas Perdizes, a partir das 20 horas estão previstas as presenças do diretor da Caixa Econômica Estadual, José Maria Arbex, do deputado Herbert Levy e do economista João Manoel Cardoso de Mello. Ainda hoje, também a partir das 20 horas, a Semana do Economista promovida pelo Movimento de Renovação da categoria estará sendo desenvolvida em São José dos Campos, no Paço Municipal, onde o economista Luciano Coutinho e o presidente da Caixa Econômica Estadual, Marcos Gianetti Fonseca, debaterão sobre a "Crise Financeira e a Reforma Tributária". Amanhã, sexta-feira, também às 20 horas, na Associação Campineira de Imprensa, o tema "Crise Econômica e Perspectivas para a Sociedade" encerrará a Semana do Economista, com as presenças de Walter Barelli, Sérgio Silva e Wilson Cano, este último presidente da Associação dos Economistas de Campinas.